

ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA NO ENSINO SUPERIOR

ALINE XAVIER

Professora adjunta do
Instituto Nacional de
Educação de Surdos (INES).
Doutora em Letras pela
Universidade do Estado do
Rio de Janeiro.

VALÉRIA CAMPOS MUNIZ

Professora adjunta do
Instituto Nacional de
Educação de Surdos (INES).
Doutora em Letras pela
Universidade do Estado do
Rio de Janeiro.



APRESENTAÇÃO

Este trabalho pretende relatar as contribuições advindas do GT 4, Ensino de Língua Portuguesa como segunda língua no Ensino Superior, desenvolvido durante o XIV Congresso Internacional do INES e o XX Seminário Nacional do INES.

O Grupo de Trabalho, coordenado pelas professoras Aline Xavier e Valéria Muniz, teve por objetivo problematizar questões importantes na educação superior de sujeitos surdos, como o papel que a Língua Portuguesa vem ocupando, tanto na modalidade oral quanto escrita, desde o início da escolarização em instituições de ensino. A proposta de trabalho dos GTs foi muito significativa, por agrupar diferentes profissionais e pesquisadores, de diferentes universidades e Estados, em torno de uma temática que aflige todos aqueles que trabalham com surdos: o ensino da Língua Portuguesa como L2.

Dispostos em grupos, durante os quatro encontros, os participantes do GT analisaram o texto “Encontros e desencontros da língua escrita”, de Lilliane

Ferrari Giordani, buscando mapear e compreender a aprendizagem da língua escrita pelo aluno surdo e apresentando proposições que pudessem levar à melhoria da qualidade do aprendizado da Língua Portuguesa como L2. Os debates foram embasados também pela leitura de outros documentos, como a Lei 10436, denominada Lei de LIBRAS e o Decreto 5.626/05, que orientaram a reflexão sobre o ensino de LP como L2, o papel da escola e o lugar que ela ocupa na formação de aprendizes surdos, no que diz respeito ao ensino de LP, as relações da escola com a língua de sinais e com a cultura surda. Além disso, a análise do Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa / MEC / SECADI - foi um importante texto motivador de debates acerca da necessidade de se estabelecerem políticas públicas efetivas que garantam educação de qualidade e escolas bilíngues aos sujeitos surdos.

A heterogeneidade do Grupo de Trabalho, composto por profissionais da área de educação, profes-

sores de Língua Portuguesa em cursos de graduação de Letras-Libras, pedagogos, intérpretes e tradutores de LIBRAS e alunos de cursos de Pedagogia de diferentes estados do Brasil, construiu uma fecunda rede analítica dos textos produzida em dinâmicas de leituras em grupo, apontamento de questões consideradas de maior relevância nos textos, apresentação de proposições para resoluções de problemas identificados no panorama atual de ensino de LP como L2 no Ensino Superior, além de importantes relatos de experiências sobre a aquisição do português como segunda língua, alguns de sucesso, outros de angústia e frustração.

ARTICULAÇÕES

Um GT estruturado em um congresso de proporção internacional e pensado na perspectiva de construção colaborativa de proposições, ainda que ancorado em um eixo específico, traz em si como característica inevitável a diversidade. Seus componentes, oriundos de diferentes estados, culturas e instituições do país contribuem sobre-

maneira para que o mesmo tema —o ensino de LP como L2 no Ensino Superior— seja visto e revisto sob ângulos distintos, a partir de experiências e práticas que se confrontam e se complementam durante os debates. As múltiplas visões do mesmo tema, as diversas referências trazidas pelos participantes não só estimulam as discussões, mas forçam o exercício de (auto)reflexão sobre a práxis educativa citada nos planos pedagógicos das instituições de ensino, mas passível de questionamento quanto aos modos de proceder institucionais acerca das políticas linguísticas e da garantia de que Língua Portuguesa escrita, como língua de instrução, juntamente com Libras, viabilizem a formação bilíngue dos sujeitos surdos.

Desse modo, a construção de sentidos que foram dados aos textos e documentos analisados durante os encontros do GT de Língua Portuguesa como L2 no Ensino Superior demandou posicionamentos críticos acerca da atuação de cada instituição representada pelos participantes do GT, não apenas com objetivo de confrontar práticas, mas de apontar caminhos reso-

lutivos aos entraves percebidos no processo de aprendizagem do aluno surdo, assim como reafirmar importantes passos institucionais promovidos por algumas instituições de ensino representadas no GT.

Citado como referência nacional na educação de surdos, o INES se estabeleceu, durante os encontros,

**“A FORMAÇÃO
ESPECÍFICA DE
DOCENTES COM
FORMAÇÃO EM
LÍNGUA
PORTUGUESA
COMO L2 E O
CONHECIMENTO
DE LIBRAS”**

como parâmetro para que se fizessem comparações com as atividades desenvolvidas nas instituições de Ensino Superior representadas no GT. A formação específica de docentes com formação em Língua Portuguesa como L2 e o conhecimento de Libras, a necessidade de produção de material didático específi-

co e de qualidade ofertado ao aluno surdo, a urgência em se discutir estratégias de ensino de LP como L2 no Ensino Superior para garantir o acesso do aluno surdo aos textos e conteúdos acadêmicos, as formações de profissionais intérpretes, o predomínio de adaptação de métodos de ensino de língua estrangeira sem proposta específica para o ensino de português como L2 para alunos surdos foram questões insistentemente levantadas durante os fóruns de discussões e confrontadas com a realidade de cada instituição e as orientações e obrigações já existentes tanto na Lei 10436 – Lei de Libras, quanto no Decreto 5.626 que a regulamenta.

Para além das críticas àquilo que foge à garantia de políticas linguísticas efetivas e de educação de qualidade de sujeitos surdos, as ideias apresentadas durante os encontros previam uma maior articulação interinstitucional para prover de recursos aquelas instituições que ainda demandam de orientação técnica e projetos de incentivo para a resolução dos problemas apresentados quanto à aprendizagem de portu-

**“FICOU EVIDENTE,
NAS COLOCAÇÕES DOS
PARTICIPANTES, A
URGÊNCIA DE UMA
MOBILIZAÇÃO NO
SENTIDO DE CRIAR
SEMINÁRIOS REGIONAIS
QUE DISCUTAM
PONTOS CRUCIAIS PARA
A DIFUSÃO DA LÍNGUA
PORTUGUESA ESCRITA
COMO GARANTIA DE
ACESSO DE PESSOAS
SURDAS À EDUCAÇÃO.”**

guês escrito pelo aluno surdo.

Ficou evidente, nas colocações dos participantes, a urgência de uma mobilização no sentido de criar seminários regionais que discutam pontos cruciais para a difusão da Língua Portuguesa escrita como garantia de acesso de pessoas surdas à educação, obrigação presente no artigo 13 do Decreto 5.626, que prevê que o ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas, seja incluído como disciplina curricular nos cursos de formação de professores para a Educação Infantil e para os anos iniciais do Ensino Fundamental, de Nível Médio e Superior, assim como nos cursos de licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa. Os desdobramentos desses encontros regionais, ainda segundo as ideias propostas pelos participantes, desencadeariam outras ações, como a criação de materiais acadêmicos específicos para o ensino de LP como L2, o aumento da oferta de formação e capacitação de profissionais tradutores e intérpretes de Libras, a ampliação e diversificação de cur-

sos de graduação ofertados a sujeitos surdos, a oferta de cursos de extensão de LP como L2 para alunos surdos etc.

De forma convergente, mas não consensual, as questões apresentadas pelos participantes do GT de Língua Portuguesa como L2 no Ensino Superior somaram demandas de reformas e expansão das práticas institucionais diretamente ligadas ao ensino do português escrito para alunos surdos e orientaram um caminho de continuidade de discussão das questões apresentadas, a fim de garantir a continuidade do debate para além dos encontros do GT. A ma-

nutenção da discussão desenvolvida dentro do Grupo de Trabalho é condição essencial para que se estabeleçam redes de integração entre agentes que pensam a educação do surdo no Ensino Superior e que essa rede avance para instâncias deliberativas maiores, como possibilidade de cobrança e efetiva resolução das questões levantadas durante o Grupo de Trabalho.

CONSIDERAÇÕES SOBRE CONTRIBUIÇÕES

Como preocupação central, destacaram-se, em conformidade com a leitura proposta pelo GT, duas problemáticas: a metodologia de ensino e a escrita do aluno surdo. Como havia professores surdos presentes no grupo, a discussão pode ser debatida sob o ponto de vista tanto dos professores ouvintes quanto dos surdos. Algumas questões aventadas:

- ausência de cursos de pós-graduação sobre o ensino de L2;
- ausência de comunicação entre as institui-

**“DEMANDAS DE
REFORMAS E
EXPANSÃO DAS
PRÁTICAS
INSTITUCIONAIS
DIRETAMENTE
LIGADAS AO
ENSINO DO
PORTUGUÊS
ESCRITO PARA
ALUNOS
SURDOS”**

- ções de Ensino Superior sobre os andamentos das pesquisas;
- falta de ofertas de cursos que abranjam outros campos de trabalho diferentes da licenciatura;
 - ausência de um ensino básico de qualidade, que prepare o aluno para adentrar no Ensino Superior;
 - dificuldade de leitura por parte dos alunos, prejudicando o ensino/aprendizado de diferentes disciplinas;
 - consolidação precária da língua materna, LIBRAS, no ensino básico.

A partir desse levantamento, comuns em diferentes partes do país, discutiram-se as diferentes propostas de cursos superiores e as tentativas de erros e acertos por parte dos profissionais. Os anseios de todos confluíram para um mesmo ponto: como ofertar um curso superior de qualidade a um aluno surdo com pouco conhecimento de mundo, domínio incipiente da escrita e muita dificuldade de interpretação? Como ensinar conteúdos específicos se o conhecimento da se-

“A DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA ESCRITA COMO GARANTIA DE ACESSO DE PESSOAS SURDAS À EDUCAÇÃO, OBRIGAÇÃO PRESENTE NO ARTIGO 13 DO DECRETO 5.626, QUE PREVÊ QUE O ENSINO DA MODALIDADE ESCRITA DA LÍNGUA PORTUGUESA, COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA PESSOAS SURDAS”

gunda língua revela-se tão precário? Em virtude do pouco entendimento da estrutura e funcionamento da língua, a leitura e a produção de textos, de maneira geral, são tarefas penosas para o surdo. Ainda que ao surdo seja possibilitada a realização de provas em LIBRAS, a aquisição do conhecimento se dá por intermédio da língua portuguesa e muitos surdos ainda são decodificadores de palavras, ou seja, leem num processo de pareamento sem, contudo, atribuir significado ao todo.

Numa dinâmica natural, diferentes narrativas sobre experiências metodológicas foram relatadas, mas como o tempo do GT era curto e o grupo grande, apenas poucas experiências foram compartilhadas, por

exemplo: trabalhos com leitura e estratégias de ensino que deram certo, projetos desenvolvidos com o intuito de desenvolver a prática situada da escrita, atividades multimodais e interdisciplinares, entre outras.

Outra questão abordada foi o que se costuma chamar de bilinguismo. Não só no Rio de Janeiro, mas em outros estados, nenhuma das duas línguas é bem trabalhada no ensino básico inclusivo. Nas escolas da rede pública, faltam professores com domínio da LIBRAS e, apesar da presença do intérprete em algumas delas, as estratégias não são direcionadas aos alunos surdos, mas aos ouvintes. Outro ponto discutido foi a funcionalidade do AEE, que deveria ser a de um atendimento suplementar e não a de fa-

**"NO TOCANTE À
AQUISIÇÃO DA
LÍNGUA
PORTUGUESA, FOI
CONSENSUAL A
IMPORTÂNCIA DA
LIBRAS PARA O SEU
APRENDIZADO (...)**

**COMO
POSSIBILIDADE DE
REPRESENTAÇÃO
SOCIAL, DE
CONSTRUÇÃO
IDENTITÁRIA E,
PRINCIPALMENTE,
COMO VIA DE
ACESSO AO
CONHECIMENTO."**

zer as vezes da sala de aula, ficando os alunos surdos em desvantagem de aprendizado em relação aos ouvintes.

Inquestionável foi a relevância da parceria família/escola na formação educação dos alunos. Eixo estruturador do desenvolvimento humano, essa parceria ainda pouco atuante, compromete o desenvolvimento cognitivo e linguístico de muitos alunos surdos que nascem em sua maioria em famílias ouvintes sem co-

nhecimento da LIBRAS e sem conhecimento do que significa a surdez, acarretando consequências desastrosas no desenvolvimento psíquico e social da criança surda. Muitos pais sentem-se confortáveis por proporcionarem um ambiente escolar para seu filho, independente se esse vai ou não aprender. Afinal, como são surdos, paira sobre eles a áurea da incapacidade, isto é, o problema é do filho e jamais da metodologia, da falta de profissionais adequados, da falta de materiais, entre outros.

No tocante à aquisição da Língua Portuguesa, foi consensual a importância da LIBRAS para o seu aprendizado, sendo ressaltada a condição do seu estudo como direito e não como imposição ouvinte ou muito menos como imposição de língua oficial, mas como possibilidade de representação social, de construção identitária e, principalmente, como via de acesso ao conhecimento. O domínio precário da língua foi assinalado como o grande causador do índice de evasão escolar do aluno surdo dos cursos superiores. Daí a necessidade de uma metodologia que vá ao encontro de

sua especificidade, ao considerar uma concepção visuo-espacial em sintonia com sua cultura.

CONCLUSÃO

Assim, de forma convergente, mas não consensual, as questões apresentadas pelos participantes do GT de Língua Portuguesa como L2 no Ensino Superior somaram demandas de reformas e expansão das práticas institucionais diretamente ligadas ao ensino do português escrito para alunos surdos e orientaram um caminho de continuidade de discussão das questões apresentadas, a fim de garantir a continuidade do debate para além dos encontros do GT. A manutenção da discussão desenvolvida dentro do Grupo de Trabalho é condição essencial para que se estabeleçam redes de integração entre agentes que pensam a educação do surdo no Ensino Superior e que essa rede avance para instâncias deliberativas maiores, como possibilidade de cobrança e efetiva resolução das questões levantadas durante o Grupo de Trabalho. ●